

Paulo Guedes, o impagável



Por **ANDRÉ RONCAGLIA***

Neoliberais fundamentalistas como Guedes usam um “prazo aceitável” elástico para a realização de suas previsões. Este prazo é sensível ao tempo necessário para suas “reformas” finalmente terem efeito; seis meses, um, dois... até quatro anos

Os números do desemprego são alarmantes. No último mês, mais de um milhão de pessoas perderam seus empregos no Brasil e pelo menos 44% das empresas já sofreram perdas significativas de receita por conta das medidas de contenção do contágio da COVID-19.

A desorganização do governo federal em comandar esta campanha mostra os limites da estratégia de Bolsonaro. Desde sua posse, aplica-se um *laissez-faire* gerencial. Ideias são jogadas de forma primária em projetos de lei que caducam ao sabor dos humores da base de apoio do governo na Câmara. A capacidade de iniciativa do governo só serve para alimentar propagandas na bolha das redes sociais. Quando um projeto dá com os burros n'água, culpa-se a “velha política” ou a “esquerda” que não quer ver o país avançar. Os “sucessos” mais claros deste governo foram todos herdados do Governo Temer (reforma da previdência e lei de liberdade econômica).

Não surpreende, portanto, que a famigerada reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020 seja tão vazia de projetos para construção de qualquer noção de futuro. A reunião mostra claramente o projeto *Casa Grande com Cassino*, de preferência no fazendão amazônico que Ricardo Salles quer fundar ao “passar a boiada” das desregulamentações ambientais.

A fala de Guedes é das mais fantasiosas em toda a reunião. Desde a ideia de que estudar muito equivale a ler “oito livros” até a propaganda de que a economia estava prestes a decolar antes da pandemia. Neoliberais fundamentalistas como Guedes usam um “prazo aceitável” elástico para a realização de suas previsões. Este prazo é sensível ao tempo necessário para suas “reformas” finalmente terem efeito; seis meses, um, dois... até quatro anos. Afinal, segundo esta visão, as “restrições” são a melhor disciplina para turbinar a inventividade dos indivíduos, sejam eles empresários ou funcionários públicos.

O problema é que Guedes tem a caneta de Bolsonaro ao seu dispor. Por isso, o descolamento de sua visão com relação à realidade concreta do Brasil é um perigo. Se é encenada ou autêntica, jamais saberemos. O que importa é a sua teimosia com infantilidades teóricas já abandonadas há décadas pela escola de economia que inflaciona o valor de seu currículo. E ele está disposto a ir longe para impor sobre a realidade esta visão de mundo. A primeira forma é o atraso nos repasses a famílias e micro e pequenos empresários vulneráveis por meio de barreiras burocráticas insuperáveis pela maior parte da população necessitada. O segundo é a opção em repassar o dinheiro às empresas por meio dos bancos comerciais. Mesmo oferecendo, via Tesouro Nacional, uma garantia de 85% de um empréstimo para manutenção das atividades comerciais, os bancos comerciais utilizarão a mesma régua de avaliação de risco que usam em tempos de normalidade. O sarrafo da aprovação dos novos empréstimos ficará inalcançável, em particular quando o solo da economia vai afundando em torno dos bancos. Afinal, estes últimos estão sempre protegidos pelo acesso exclusivo ao passivo do Banco Central, o qual compra os “ativos podres” dos bancos e os coloca em seu ativo.

Vou ilustrar com um exemplo “fabuloso”. Você tomou dinheiro emprestado em um banco para abrir um negócio poucos meses antes da pandemia. Montou a loja, contratou pessoas, montou estoque e tudo o mais. Veio a pandemia e sua loja naufragou. O banco te pressiona para pagar, mas ninguém quer comprar sua loja; ela se tornou um ativo podre, isto é, sem qualquer chance de prosperar num prazo compatível com a paciência do credor. Você vai ao Banco Central e ele adquire

a terra é redonda

este ativo invendável e te retorna dinheiro vivo. Sua loja que era um “ativo ilíquido” tornou-se “líquida”. Você paga o banco e se livra da dívida. Fim da fábula.

Este é o espírito da PEC do Orçamento de Guerra: garantir acesso exclusivo à liquidez gerada pelo Banco Central... mas apenas aos bancos comerciais e ao mercado financeiro. Sua “loja” hipotética continuará “ilíquida”, mas o banco comercial poderá vender ao Banco Central o “crédito podre” (empréstimo feito a você). O banco se livra do problema e você passa a dever para o Banco Central. Eis o privilégio exorbitante conferido a quem é parceiro do Estado na criação de meios de pagamento. Mais tarde, quando a economia se recuperar, o Banco Central vende este “crédito” para outra pessoa e retira da economia o “excesso” de dinheiro vivo que repassou ao banco. Você continua com a dívida, só que deve para outro credor.

O pavor de Paulo Guedes é que o povo descubra este acesso aos cofres do Estado. A crise sanitária é, para Guedes, um “cavalo de troia” levando o cidadão médio para dentro do orçamento público. A expansão necessária dos gastos do governo poderia ser imediatamente financiada por meio de emissão de moeda por parte do Banco Central.

É exatamente o que os países desenvolvidos decidiram fazer: correr o risco de desnudar o rei ao [abrirem as comportas financeiras do Estado](#). Guedes não capitula tão fácil. Desde o início, a estratégia do governo tem sido postergar medidas, demorar-se em formular complexas condições de acesso a recursos por parte de empresas, famílias, estados e municípios, bem como empurrar para o Congresso e para os governadores a responsabilidade por obstruir suas intenções de “melhorar o Brasil” ao seu jeito.

Durante o final de semana passado, começou a circular a notícia de que o governo demandaria US\$ 4 bilhões de organismos multilaterais para custear os impactos da pandemia. Segundo a [reportagem de O Globo](#), a operação em análise pelo governo envolveria seis bancos, com prazos de até 20 anos: a Agência Francesa de Desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, a Corporação Andina de Fomento, o banco de desenvolvimento estatal alemão KfW e o Novo Banco de Desenvolvimento, dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A esta taxa de câmbio, os recursos somariam mais de R\$ 20 bilhões, divididos da seguinte forma:

- R\$ 9 bilhões para o auxílio emergencial;
- R\$ 5 bilhões para o Bolsa Família;
- R\$ 2,88 bilhões para o programa da manutenção do emprego; e
- R\$ 4 bilhões para o seguro-desemprego.

É verdade que a operação está protegida financeiramente. Além do valor irrisório, se houver depreciação cambial adicional, o país está blindado, pois o crescimento das obrigações financeiras com o exterior será compensado pela valorização dos nossos ativos (as reservas internacionais). Se houver apreciação cambial, a dívida fica mais barata quando medida em reais.

Apesar da aparência da racionalidade financeira, este recurso a credores externos é mero jogo de cena. Vejamos. O Brasil tem US\$ 340 bilhões de dólares em suas reservas internacionais. Além disso, conta com as linhas de Swap de Moeda de US\$ 60 bilhões que o Banco Central dos EUA (FED) estendeu ao Brasil e a vários outros bancos centrais emergentes. O FED estende liquidez imediata em dólares ao Banco Central em troca do valor equivalente em reais. Para deixar claro: US\$ 4 bilhões < US\$ 60 bilhões.

Para tornar a situação ainda mais estranha, de janeiro a maio deste ano, o Brasil acumulou [quase de R\\$ 600 bilhões](#) com ganhos cambiais das reservas, devido à depreciação cambial. O governo considera usar este dinheiro para pagamentos referentes à dívida pública. [Como já expressei junto a outros colegas](#), esta reserva fiscal poderia ser muito útil neste momento. Um projeto de lei encaminhado ao Congresso pelo Deputado Federal Paulo Teixeira (PT-SP) permite acesso excepcional a estes recursos apenas enquanto durar a pandemia. Não tenho esperanças quanto à sua aprovação.

Portanto, se não falta dinheiro, por que lançar mão de um empréstimo junto a órgãos multilaterais?

Tenho uma hipótese. Usando a fala de Salles, por onde passa boia passa boiada. Primeiro, este empréstimo simbólico pode abrir espaço para outros com valores crescentes, se as taxas de juros continuarem baixas e o câmbio continuar a depreciar. Segundo, o benefício financeiro é acompanhado por uma proteção política de restabelecimento futuro da ordem: trata-se de uma estratégia para terceirizar a responsabilidade pela imposição de uma agenda de austeridade no pós-

pandemia.

Na *Odisseia* de Homero, Ulisses se acorrentou ao mastro do navio para não cair no canto da sereia. O Ministério da Economia é o Ulisses da trama e o “canto da sereia” é a “finança funcional”. Esta última é a ideia de que o Estado tem um orçamento flexível, não estando sujeito às regras rígidas de orçamento equilibrado de famílias e empresas.

É preciso salientar que a divisão entre Banco Central e Tesouro Nacional é uma autoimposição administrativa. Ela gera compartimentos contábeis para fins de controle financeiro. Em essência, não há limites operacionais à emissão de moeda. Com efeito, o limite para esticar o orçamento público é a capacidade produtiva da economia. Trata-se de uma “restrição inflacionária” (muito dinheiro correndo atrás de poucos bens). Até lá, emissão monetária e endividamento não ferem a estabilidade macroeconômica, mas fere interesses muito profundos dos credores da dívida pública.

O temor é que se a inflação ficar fora controle, o valor do patrimônio financeiro do setor privado nacional sofrerá perda real, uma vez que é fortemente aplicado em dívida pública. Por isso, é preciso proteger-se deste canto da sereia. Mas, como? Bolsonaro fala um “liberalês” com forte sotaque estatista que não convence os grupos de interesse que Guedes representa. Melhor fazer um *hedge* político com um ou mais credores externos. Afinal, o FMI já não é mais o mesmo e não defende a austeridade com tanto fervor como antes.

Esta jogada de Guedes mostra que ele está disposto a dar esta imensa volta financeira para não revelar que a democracia brasileira cabe no orçamento público. Mesmo em meio a uma calamidade desta magnitude, enquanto ele for ministro, este segredo permanecerá guardado sob o jargão hermético da economia e do direito administrativo. E nisso ele tem o apoio de muitos economistas e do próprio presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Esta jogada de Guedes é a caricatura de um governo que, incapaz de avançar ao futuro, tem o passado como destino final.

***André Roncaglia** é professor de economia na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Publicado originalmente no **Jornal GGN**.